

Título: Artigo - Auditoria - Investimento necessário

Janeiro/2010 – Revista Proteção

Condições de trabalho dos Auditores Fiscais devem ser priorizadas

Francisco Luís Lima – Auditor Fiscal do Trabalho, vice-presidente de Segurança e Medicina do Trabalho do SINAIT, presidente da Confederação Iberoamericana de Inspetores do Trabalho - CIIT

Em um conceito mais amplo, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, emprego, trabalho, lazer, liberdade, acesso a serviços de saúde e posse da terra. Para a proteção da saúde do trabalhador, portanto, é essencial o respeito à jornada de trabalho prevenindo assim os problemas psicofisiológicos oriundos da fadiga, garantindo direito ao lazer e possibilitando uma vida social equilibrada.

As discussões e reflexões acerca da intensificação do trabalho devem ter o foco no trabalhador e no seu dispêndio de energia física e psíquica. Nas últimas décadas, o aumento da competitividade e a busca incessante por maior produtividade têm provocado uma aceleração no ritmo e na velocidade de trabalho, na cobrança por resultados, na polivalência, versatilidade e flexibilidade do trabalhador. Esse processo é percebido pelo próprio trabalhador e não ocorre sem efeitos negativos sobre o corpo, a inteligência e a mente desse indivíduo.

Nesse contexto, configuram-se duas formas distintas de elevação da carga de trabalho: intensificação do trabalho material com a pressão por ritmo e velocidade de produção e intensificação do trabalho imaterial com a cobrança pelos resultados. Independente do tipo de intensificação laboral, as conseqüências para a saúde do trabalhador serão danosas tanto do ponto de vista físico quanto psíquico ou de ambos.

A fadiga é uma sensação saudável desde que o trabalhador tenha pausa para descanso. No entanto, quando o trabalhador, por competitividade e/ou exigência da empresa, é obrigado a continuar trabalhando, essa sensação se converte em fadiga crônica podendo levar à perda da esperança, suicídio ou morte por exaustão.

Os trabalhadores com essa doença apresentam maior emotividade psíquica (comportamento antissocial, incompatibilidade), depressão, perda de iniciativa, insatisfação, além de terem o sistema imunológico comprometido, o que contribui para o aumento no número de acidentes e doenças ocupacionais.

EXCESSO

No Japão, a fadiga crônica é reconhecida como causa de morte súbita no trabalho (karoshi) e o estresse ocupacional também é freqüente, sobretudo nos trabalhadores que laboram mais de dez horas diárias, levando a ataques cardíacos e acidentes vasculares-cerebrais.

É comum os colaboradores nessas condições procurarem médicos em postos de saúde ou em sua empresa com sintomas inespecíficos como cefaléia, palpitações, falta de ar, dor no peito, insônia, sudoresse, nervosismo, tonturas, entre outros. Os profissionais da saúde, entretanto, não buscam correlacionar a sintomatologia com a atividade exercida, a sobrecarga de trabalho ou a insatisfação no ambiente laboral. Eles minimizam ou banalizam tais queixas considerando-as normais no mundo atual de trabalho.

Uma das principais causas da cronicidade da fadiga é o desrespeito à ergonomia, ciência situada em um ponto de confluência entre a fisiologia e a psicologia que objetiva garantir a harmonia do ambiente ocupacional. É necessário que todos os trabalhadores tenham um ambiente laboral seguro e saudável com cadeiras e mesas ergonômicas e com níveis de temperatura, ruído, iluminação e ventilação controlados.

Respeitar o corpo humano do ponto de vista fisiológico é adequar o trabalho ao consumo de energia, às posturas e à aplicação de forças. Esses aspectos são bastante desrespeitados nas atividades manuais, por exemplo, no corte de cana-de-açúcar.

No Brasil, existem vários casos de morte de cortadores de cana-de-açúcar, principalmente, entre os que cortam dez ou mais toneladas por dia. Os trabalhadores são compelidos pelas empresas a cumprir essa produtividade e, quando não atingem, são preteridos na safra seguinte, ou seja, não tem seus contratos de trabalho renovados.

Tais trabalhadores estão, portanto, expostos à superexploração já que recebem por produção e não há controle sobre a pesagem da cana cortada. Trabalham dez horas por dia cortando até 20 toneladas de cana, produzem além dos limites de suas forças físicas e mentais, têm má alimentação, moradia inadequada, além de estarem expostos a poluentes da queima de cana e pesticidas.

Pesquisa realizada pela sociologia Maria Aparecida de Moraes mostra que para cumprirem a produção mínima exigida de dez toneladas de cana por dia os trabalhadores precisam aplicar 9.700 golpes de podão, andar 8 km e tomar cerca de 8 a 10 litros de água. A consequência é a exaustão e o desequilíbrio hidroeletrolítico do organismo, contribuindo para a concorrência de arritmias cardíacas, infarto agudo do miocárdio, acidentes vasculares cerebrais e morte súbita. Essa intensidade excessiva de trabalho não se limita aos trabalhadores da indústria e do álcool e do açúcar, estendendo-se aos profissionais do setor de serviços como bancos e telemarketing, públicos, ou privados.

AUDITORIA

Diante da realidade apresentada, a atividade de inspeção realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho é de suma importância para proteção da saúde e segurança dos trabalhadores. Para tanto, é necessário que os próprios auditores fiscais tenham boas condições de trabalho já que sua atividade profissional também ocasiona estresse físico e mental implicando no enfrentamento diário de conflitos entre o capital e o trabalho.

Frequentemente, o auditor encontra um ambiente hostil nas empresas por ocasião de suas visitas fiscais, pois, como agente de transformação social, ele precisa intervir nas relações ali existentes quando encontra irregularidades que infligem as leis trabalhistas e desrespeitam a dignidade dos trabalhadores. Incomodados com essa ingerência legal do Estado, muitas vezes, os empregadores impõem resistência e embaraço à fiscalização na tentativa de obstaculizar a sua conduta. Tais situações têm contribuído para o crescente desencadeamento de doenças nervosas (ansiedades e depressões), cardiovasculares e gastrintestinais.

Faz-se necessário, portanto, garantir aos auditores melhores condições de trabalho e realização de inspeções multidisciplinares, além de educação continuada, independência de interferências políticas, aporte suficiente de recursos para efetivação de suas funções superintendência e gerencia com estruturas físicas adequadas. Além disso, os veículos e motoristas são insuficientes e a inclusão digital é falha, por meio de softwares próprios da inspeção, computadores para os auditores e acesso a instrumentos tecnológicos (GPS, rádios e

outros). Uma das maiores preocupações dos auditores é o fato de a maioria dos superintendentes serem indicados por políticos em detrimento dos servidores do Ministério do Trabalho.

Outros fatores que também contribuem para o agravamento desse quadro são a redução do contingente de auditores, falta de treinamento, desestruturação do Departamento de Segurança e Saúde do Ministério do Trabalho e Emprego e a diminuição gradativa do número de médicos e engenheiros (não priorização da área de segurança e saúde nas seleções). Além disso, a lentidão na cobrança das multas punitivas e o seu valor irrisório não inibem a reincidência da prática de atos lesivos à saúde do trabalhador.

Assim como os demais trabalhadores deste País que precisam ser valorizados em seus ofícios com ambientes de trabalho seguros e saudáveis, os Auditores Fiscais do Trabalho também precisam ter independência político-partidária e garantias constitucionais para o exercício de suas atividades, evitando situações graves como ocorrida em Unaí/MG. O crime, que ficou conhecido como Chacina de Unaí, ocorreu em 28 de janeiro de 2004 quando três auditores e um motorista foram covardemente assassinados no cumprimento de seu dever funcional de exigir das empresas a fiel observância das normas de proteção ao trabalho. Seis anos já se passaram e ainda não temos condenação dos responsáveis.